

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.334 - SC (2019/0302536-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
TIAGO HENRIQUE NUNES PROTÁSIO DA SILVA - RN006046
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DIEGO ROSA MACOSKI (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **DIEGO ROSA MACOSKI**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções indeferiu o pleito do paciente de concessão de livramento condicional.

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão de fls. 44-49 assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – DECISÃO QUE INDEFERIU O LIVRAMENTO CONDICIONAL – RECURSO INTERPOSTO PELO APENADO.

LIVRAMENTO CONDICIONAL – NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ELENCADOS NO ART. 83 DO CÓDIGO PENAL – ELEMENTOS NÃO SATISFEITOS NA DATA DO INDEFERIMENTO – COMETIMENTO DE FALTA GRAVE (FUGA) EM PASSADO PRÓXIMO – REQUISITO SUBJETIVO (BOM COMPORTAMENTO) NÃO VERIFICADO – INDEFERIMENTO QUE SE MANTÉM.

I – Para a concessão da benesse do livramento condicional deve o apenado preencher, cumulativamente, e não

Superior Tribunal de Justiça

alternativamente, os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), nos termos do art. 83 do Código Penal, de modo que a ausência de qualquer deles impõe o indeferimento do benefício.

II – O mau comportamento carcerário, caracterizado pela fuga do ergástulo, mostra-se como fato impeditivo ao deferimento do livramento condicional, mormente quando ocorrido há curto lapso temporal.

RECURSO DESPROVIDO."

No presente **habeas corpus**, alega, em suma, que "a superveniência do cometimento de eventual falta grave há mais de 1 ano (em 07/09/2018) não possui o condão, por si só, de obstar o deferimento do pretendido Livramento Condicional. Isso porque, em decorrência daquela conduta definida como falta grave, o Paciente já suportou penalidade, de modo que os efeitos negativos de seu agir não podem se perpetuar" (fl. 6).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que "seja reconhecido o direito ao livramento condicional do Paciente" (fl. 10).

É relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Superior Tribunal de Justiça

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

